

CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS INICIAIS

Amanda Caroline Carvalho dos Santos¹

Karlla Helloysa Jorge Duarte²

Elson Marcolino da Silva³

Graduanda em Pedagogia do Campus Anápolis de CSEH/UEG, Bolsista Subprojeto Pibid Pedagogia ¹

Graduanda em Pedagogia do Campus Anápolis de CSEH/UEG, Bolsista Subprojeto Pibid Pedagogia ²

Docente da Universidade Estadual de Goiás/CSEH ³

Resumo: O presente artigo é um recorte de um estudo maior que se encontra em desenvolvimento e que procura investigar quais concepções de avaliação subsidiam as práticas pedagógicas de professores de uma escola pública de Anápolis-GO. A forma como este estudo está configurada constitui um trabalho de natureza bibliográfica e os pontos-chave que norteiam a problematização envolvem questionamentos como: O que significa avaliar a aprendizagem escolar do aluno? Quais são os pressupostos teóricos que subjazem essa avaliação?

Palavras-chave: Avaliação; Escola; Educação.

Introdução

O presente texto faz parte de um estudo maior que encontra-se em desenvolvimento e que procura investigar quais são as concepções de avaliação subsidiam as práticas pedagógicas de professores de uma escola pública de Anápolis-GO. Para orientar a construção da problemática deste artigo, optou-se pelo seguinte questionamento: O que é/ o que significa avaliar um aluno que está no processo de aprendizagem escolar? Quais são os pressupostos teóricos que podem estar sustentando os critérios dessa avaliação?

As análises e reflexões aqui apresentadas configuram um estudo bibliográfico, uma vez que o trabalho de campo ainda esta em desenvolvimento. Esperamos que o artigo possa fomentar mais discussões e reflexões sobre o tema da concepção de avaliação no processo de aprendizagem escolar, bem como construir encaminhamentos teórico-metodológicos, sobretudo, em relação a quais critérios adotar quando se trata de avaliar no contexto escolar.

Segundo Luckesi (2002), o ato de avaliar é intrínseco à ação humana. Entretanto, no campo da educação escolar, a sua utilização como forma de julgar o aluno

representa desafios à manutenção do sistema escolar uma vez que sua aplicação envolve interesses e ideologias que nem sempre serão convergentes.

Ainda de acordo com Luckesi (2002), as formas e concepções de avaliação da aprendizagem se manifestam nos ambientes escolares por meio das pedagogias. Por isso, é importante que escola tenha clareza a respeito de qual é a configuração da perspectiva pedagógica que está subsidiando seu trabalho teórico e prático, a fim de evitar cair em “armadilhas” que possam reproduzir os interesses dominantes.

Na tentativa de organizar melhor as discussões aqui apresentadas, este trabalho está estruturado em três itens, sendo eles: 1) Avaliação educacional: pressupostos teóricos iniciais; 2) Avaliação da aprendizagem nas pedagogias liberais e 3) Avaliação da aprendizagem nas pedagogias progressivistas.

Esperamos que o objetivo do artigo de gerar mais debates e discussões para a questão da avaliação da aprendizagem seja cumprido, pois ainda são muitas as dúvidas e desconfiças que pairam em torno deste importante e polêmico componente curricular educacional.

Avaliação Educacional: pressupostos teóricos iniciais

O termo avaliar, de acordo com o Dicionário Aurélio, (2009, p. 235), tem origem etimológica na palavra latina *avalere* e, significa “determinar a valia ou o valor de; apreciar ou estimar o merecimento de; [...] fazer a apreciação; ajuizar”. Desse modo, a avaliação no sentido literal da palavra significaria atribuir valor a algo, ou seja, examinar a qualidade de um determinado objeto.

Segundo Luckesi (2002, p. 175) “[...] a avaliação da aprendizagem escolar auxilia o educador e o educando na sua viagem comum de crescimento [...]”. Essa colocação afirma a importância da avaliação no processo educacional. Segundo esse autor, a avaliação toca em termos práticos e conceituais, percorrendo por abordagens sociológicas, políticas, filosóficas, psicológicas e pedagógicas. A partir dos registros de Luckesi (2002), a avaliação no processo educacional está pautada na lógica da mensuração. O ato de avaliar está associado ao ato de medir algo e, neste caso, trata-se de medir o conhecimento de um aluno.

A ação de avaliar está diretamente ligada a um diagnóstico e não necessariamente ao julgamento ou classificação desse diagnóstico. Avaliar está mais para a realização e

qualificação desse diagnóstico. Uma identificação e caracterização fiel de algo dissociado, separado, sem que haja preocupação em compará-lo ao diagnóstico de outro objeto de estudo.

O avaliar se torna examinar quando esse diagnóstico é minuciosamente investigado. Em outras palavras, o objeto de estudo passa por uma verificação. Isso ocorre pela mensuração dos resultados. Quanto a isso, Luckesi (2008, p. 17) afirma que “a prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma pedagogia do exame”. De acordo com o autor, a prática pedagógica demonstra um interesse enfático em provas e exames.

A educação está totalmente voltada para o sistema capitalista. Os indivíduos envolvidos no processo educacional não estão preocupados com a aprendizagem em si, mas sim buscando resultados quantitativos. Estes são os que fazem sentido para a conjuntura atual. Pais, alunos, professores e sistema de ensino se prendem à necessidade de promoção dos estudantes. Buscam constantemente o aumento do percentual de aprovação e a queda no percentual de reprovação.

Durante um ano letivo, os alunos são submetidos a inúmeras provas que vão subsidiar a verificação e mensuração do que é considerado como conhecimento adquirido pelo aluno. Os exames já estão impregnados no processo educativo e na prática pedagógica. A avaliação da aprendizagem escolar associada à mensuração vem ganhando independência do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Luckesi (2008), a educação está submetida pela influência dos processos econômicos, sociais e políticos da sociedade burguesa que, por sua vez, vem se aperfeiçoando no que diz respeito ao controle sobre os indivíduos. Em suas palavras: “A seletividade escolar e seus processos de formação das personalidades dos educandos. O medo e o fetiche são mecanismos imprescindíveis numa sociedade que não opera na transparência, mas sim nos subterfúgios” (LUCKESI, 2008, p.23).

O autor ainda se aprofunda no assunto quando destaca que:

O professor utiliza-se das provas como um fator negativo de motivação. O estudante deverá se dedicar aos estudos não porque os conteúdos sejam importantes, significativos e prazerosos de serem aprendidos, mas sim porque estão ameaçados por uma prova. O medo os levará a estudar (LUCKESI, 2008, p. 19).

O medo faz parte dos mecanismos usados pela sociedade para impedir ações indesejadas. As estratégias de controle utilizadas pela sociedade foram sofrendo modificações



com o decorrer das décadas. Houve épocas de medo e tortura sofridos pela população para a obtenção do controle dos indivíduos e adequação destes na sociedade. Na época medieval, as formas de punição eram severas e extremas. Como exemplifica Foucault (1987, p. 32): “uma produção corporal diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”. É a ideia de que o suplício significa uma ação que representa a dominação pelo terror/medo, o estabelecimento do controle social.

Apesar de diferentes épocas, circunstâncias distintas e governos totalmente opostos, ainda há um abuso no poder de controle da sociedade. Naquela época medieval, a punição e controle eram feitos de forma clara e nítida. Nos últimos séculos, a repressão e controle são feitos às escuras.

O fato de que o medo gera uma subordinação explica o porquê das escolas o utilizarem tanto para a manutenção de uma suposta disciplina. Uma das finalidades do processo educativo é a formação do indivíduo, mas essa formação está totalmente baseada nos critérios e exigências de uma sociedade que anseia por sujeitos de personalidade e comportamentos submissos.

O medo, com o tempo, gera conformidade. Os alunos começam a se acostumar com ameaças e possíveis castigos, sem deixar de temê-los. De certa forma, os estudantes também buscam uma promoção, anseiam por um futuro próspero, um lugar de reconhecimento na sociedade e, assim, acabam por desejar boas notas e aprovação como um fim em si mesmas, sem se quer pensar se estão aprendendo de fato algo significativo para além daquele ambiente.

O desejo dos alunos em passar para o próximo nível de escolaridade está totalmente ligado a uma tradição, tanto quanto a necessidade de se obter boas notas. Segundo Luckesi (2014, p.9), temos “uma tradição no Brasil - em outras partes do mundo também - de entender que nota escolar representa a avaliação do desempenho do educando em sua aprendizagem”.

Essa preocupação dos alunos também se estende aos pais. Em geral, o foco do interesse dos pais pelo caminho escolar dos filhos se dá somente por meio da quantificação dos resultados das provas e exames. As notas satisfazem a lógica do sistema social. Para Luckesi (2008, p. 20), as “curvas estatísticas são suficientes, pois demonstram o quadro global dos alunos no que se refere ao seu processo de promoção ou não nas séries de escolaridade”.

Os resultados dos exames são expressos apenas por critérios quantitativos (por nota, números). Luckesi (2014, p.30) afirma que há uma:

distorção epistemológica constatada – contrabando de qualidade para quantidade – é a distorção básica presente nas notas escolares. [...] Distorção que prejudica compreender o que, efetivamente, significa qualidade de aprendizagem, pois que usualmente se opera com médias de notas e não com aprendizagem satisfatória. A transformação indevida de qualidade em quantidade de qualidade possibilita fazer operações matemáticas com as notas que nos enganam quanto à efetiva qualidade da aprendizagem dos educandos.

Luckesi (2014) expressa sua compreensão sobre notas escolares e descreve sobre as denominações “avaliação quantitativa” e “avaliação qualitativa”. O autor afirma que:

usar a expressão avaliação quantitativa expressa uma conduta epistemológica inadequada; por outro lado, usar a expressão avaliação qualitativa implica um pleonasmo desnecessário, desde que toda e qualquer prática avaliativa está comprometida com a qualidade (LUCKESI, 2014, p. 31).

Ainda de acordo com Luckesi (2008), as notas expressas em estatísticas são satisfatórias porque aparentam ser compatíveis às expectativas e dependendo da forma como se leem os quadros gerais de nota, conclui-se que há uma qualidade de trabalho educacional. Por outro lado, quando esses dados apresentam inconformidade com o que se espera do processo educativo, os mecanismos de controle são acionados.

A pedagogia do exame define e direciona também a relação professor-aluno. O professor pensa e elabora os testes a fim de colocar o aluno à prova, no sentido literal da palavra. De acordo com o Dicionário Aurélio (2009, p. 1649), dentre os significados da palavra “provar”, destaca-se a finalidade de demonstrar e estabelecer a verdade de; a realidade de; a autenticidade de; tirar a prova, verificar o estado, a qualidade de algo.

O contraditório está, justamente, na forma como os professores, em geral, elaboram os exames. De acordo com o significado da palavra citada a cima, provar significa verificar a verdade de algo. Porém, como afirma Luckesi (2008, p. 21):

Os professores elaboram suas provas para ‘provar’ os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem; por vezes, ou até em muitos casos, elaboram provas para reprovar seus alunos. Esse fato possibilita distorções, das mais variadas, tais como: [...], elaboração de itens de prova descolados dos conteúdos ensinados em sala de aula; construção de questões sobre assuntos trabalhados com os alunos, porém com um nível de complexidade maior do que aquele que foi trabalhado; uso de linguagem incompreensível para os alunos etc.

Há uma falha no processo quando se considera que é cobrado dos alunos uma verdade

que não condiz com a verdadeira transmissão dos conteúdos. No geral, professores manifestam autoritarismo em suas práticas pedagógicas.

Professores elaboram e aplicam avaliações que evidenciam os resultados, sem considerar a atuação dos alunos em sala, da participação, da experiência e vivência deles em relação a determinado conteúdo escolares. Por vezes, independentemente até dos conteúdos ensinados em sala. O que importa é a nota final. Há, então, uma manipulação dos resultados se se compreende a falha na realização das provas, na cobrança exacerbada de conhecimento e da qualidade deste, mesmo que a qualidade do ensino não seja compatível à cobrança.

Todo o processo avaliativo: a elaboração dos exames; a escolha dos conteúdos e seleção da forma como serão cobrados; a ameaça aos alunos no período de preparo para a prova; a avaliação associada à mensuração dos resultados; a cobrança e opressão sofrida pelo aluno se este não atingir um resultado satisfatório; a necessidade de obter boas notas com intuito de atingir o próximo nível de escolaridade, sem se dar conta de que não há compreensão dos conteúdos característicos da série ou ano que se está; a ênfase que é dada no resultado quantificado, são aspectos que traçam o perfil da Pedagogia do Exame.

Avaliação da aprendizagem nas pedagogias liberais

A prática escolar predominante na atualidade busca realizar a reprodução e conservação da manutenção da ordem da sociedade, podendo ser entendida como uma prática autoritária. O autoritarismo é, então, um elemento fundamental para um grupo de práticas pedagógicas que correspondem ao modelo liberal. Antes que haja uma descrição sobre o autoritarismo, é necessário que haja a distinção e explicação do grupo de Pedagogias Liberais, o que elencará as formas de avaliação da aprendizagem presentes no grupo em questão.

Segundo Libâneo (1992), a Pedagogia Liberal é uma pedagogia que justifica a lógica do sistema capitalista, como uma manifestação da sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, as pedagogias deste grupo estão a serviço do modelo social que prevê e garante os direitos de liberdade dos indivíduos. Este grupo atende às exigências, interesses e necessidades da sociedade vigente, busca realizar uma formação que ajuda o indivíduo a se adequar e adaptar-se às normas que regem a sociedade de classes. A escola, nessa perspectiva, tem a função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis na sociedade. Essas características se mantem e se reproduzem no processo avaliativo.

As Pedagogias Liberais surgiram a partir do século XIX, sob fortes influências da Revolução Francesa (1789) e, desde então, busca conservar a sociedade de classes. Segundo Luckesi (2008, p. 30), o: “modelo liberal conservador da sociedade produz [...] pedagogias diferentes, mas relacionadas entre si e com um mesmo objetivo: conservar a sociedade em sua configuração”.

A Pedagogia Tradicional, a Renovada Progressivista e a Pedagogia Tecnicista são as pedagogias pertencentes ao modelo liberal. O fato de que estas buscam o equilíbrio social explica as características e aspectos que afirmam este objetivo comum.

De acordo com os apontamentos de Saviani (1999), as pedagogias do modelo liberal podem ser caracterizadas da seguinte forma: a Pedagogia Tradicional busca preparar o aluno para atuar na sociedade, porém o considera como um receptor passivo, considerando o professor como o detentor do poder e autoridade. Nesse modelo, a avaliação está centrada no produto do trabalho e sua manifestação ocorre por meio de provas e testes objetivos valorizando a abstração e a memorização.

Na Renovada Progressivista, o aluno é o “centro”, é um sujeito ativo, que busca conhecer buscar e experimentar, o professor é um mediador do ensino, e a avaliação é focada no aspecto qualitativo e não quantitativo, enfatizando o processo e não no produto. Ainda no contexto escolar, a avaliação ocorre por meio de atividades lúdicas e também por meio da auto avaliação, com ênfase nos aspectos biopsicológicos.

Na Pedagogia Tecnicista, o aluno é “preparado” para atuar no mercado de trabalho, apenas tenho que reproduzir o que aprendeu, o professor é um técnico e o aluno um treinando. A avaliação ocorre de formas variadas, porém de forma pouco fundamentada, subordinando-se aos objetivos operacionalizados. Aqui, a avaliação ocorre por meio de suportes tecnológicos (programas de ensino, atividades programas) dentro da perspectiva estímulo-resposta.

No que diz respeito à avaliação, Luckesi (2008, p. 32) afirma que, no grupo de pedagogias liberais, a “avaliação é um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola”.

Avaliação da aprendizagem nas Pedagogias Progressivistas

O grupo das pedagogias progressistas têm suas principais influências nos movimentos

e estudos da França, especialmente a partir de 1968. Surge em contraposição ao modelo liberal e se preocupa com a transformação e com a superação do autoritarismo.

Segundo Libâneo (1992), o modelo progressista da educação busca formar indivíduos que possam adquirir de fato a igualdade, sendo que, para isso, é preciso que sejam sujeitos autônomos, pois “o novo modelo social exige a participação democrática de todos” (LIBÂNEO 1992, p. 32).

A Pedagogia Libertadora, Libertária e a Pedagogia Crítico-social dos conteúdos são componentes do segundo grupo. De acordo com as finalidades desse modelo, a avaliação, segundo Luckesi (2008, p. 32) deverá “manifestar-se como um mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora”.

A concepção de avaliação no grupo das tendências pedagógicas progressistas é muito complexa. Uma das tendências manifestadas por esse grupo é a tendência libertadora que, em sua fase inicial, não apresenta preocupação sistemática com a avaliação da aprendizagem dos alunos. Contudo, numa fase atual, é possível dizer que todas elas entendem que a avaliação precisa ser compreendida como “meio” para diagnosticar o nível de aprendizagem e de conhecimentos dos alunos. Essa forma de avaliação possibilita o “descobrimento” da realidade que vivem os alunos, numa expectativa e numa perspectiva de transformação social.

Considerações Finais

Após a realização deste estudo, e com base nos estudos teóricos realizados, concluímos que a avaliação da aprendizagem é um importante componente curricular da escola. Suas formas e concepções no contexto escolar são desdobramentos de interesses e ideologias que levam em consideração a predominância de cada classe ou grupo social numa determinada época.

Em relação aos pressupostos teóricos da avaliação da aprendizagem, esses se manifestam no contexto das tendências pedagógicas ou pedagogias que assumem, dependendo da hegemonia de cada época, das configurações de reprodução ou de transformação social.

Referências Bibliográficas



LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Sobre notas escolares**: distorções e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa** / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo; 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. São Paulo: Campinas, 1999.